

Projeto: Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: desafios da implementação

Levantamento da Produção Acadêmica sobre População Infantil e Adolescente em Situação de Rua no Brasil (2000-2015)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência - LEAL, Eduardo Martinelli. "Da porta para fora": a constituição de um problema social. Ponto Urbe, 1, p. 1-27, 2007.

2) Resumo e Palavras-Chave - Este trabalho foi desenvolvido a partir da monografia intitulada "Delimitando fronteiras da porta pra fora: um estudo com crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre", defendida em 2006 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

Palavras-Chave: não informado.

3) Objetivo do estudo - minha preocupação está em poder problematizar, de um lado, as concepções e discursos sociais acerca de crianças e adolescentes em situação de rua; e de outro, as estratégias adotadas cotidianamente por esta população, desmistificando estereótipos que muitas vezes contribuem para a recriação e reprodução de mecanismos de dominação, desnaturalizando uma concepção essencializada de uma "cultura de rua".

4) Tipo de pesquisa – qualitativa (minha pesquisa terá como ponto central o espaço social de uma escola voltada para crianças e adolescentes em situação de rua de Porto Alegre/RS).

5) Período da pesquisa - não informado.

6) Forma de coleta de dados - Iniciei a pesquisa entrevistando dois profissionais com experiência de trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua: um técnico judiciário e uma coordenadora dos programas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre; bem como ouvindo relatos de Conselheiros Tutelares acerca do tema, buscando mapear algumas questões relativas à problemática e aprofundar outras de meu interesse. Depois, optei por realizar minha pesquisa na Escola Porto Alegre por esta se apresentar a mim como um espaço um tanto quanto diferenciado, já que abordava uma forma de intervenção específica à população estudada; uma vez que recebe adolescentes com um perfil que conceituo como de "institucionalizáveis", ou seja, que se encontram há mais tempo nos serviços institucionais ou que têm uma resistência menor à "adaptação" institucional (regras, limites, etc.). Foi pensando nessa especificidade que formulei minhas questões acerca da relação estabelecida entre os meninos e

os agentes institucionais. Para evitar que eu fosse guiado somente pelo olhar institucional, decidi partir da observação participante com os meninos, sem um contato formal (exceto autorização) ou cumplicidade inicial com os professores e funcionários da instituição. Depois, realizei conversas informais e entrevistas semiestruturadas com os professores e funcionários da instituição, abordando principalmente questões relativas à política de atendimento da Escola, a visão desses sobre os meninos e suas concepções sobre o trabalho que desenvolvem.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico - Autores como Rosenberg (1995) e Milito (1995) já apontaram e demonstraram a importância da busca por imagens mais realistas acerca da prática e da dinâmica social dos “meninos de rua”. A criação de imagens, estereótipos, categorias definitivas acerca da representação dos meninos em situação de rua contribui para a reprodução de uma visão estigmatizante acerca da infância pobre. As históricas oposições vítima/algoz e perigoso/em perigo insistem em se reproduzir no imaginário social e são um entrave à compreensão da problemática, ou melhor, da problematização deste fenômeno.

Minha opção pela etnografia, método privilegiado deste estudo, parte da crença na sua eficácia em dar conta da complexidade do fenômeno, ou o que seria dizer o mesmo, complexificá-lo; devolvendo-lhe a dinâmica aprisionada nos discursos, ao mesmo tempo em que se torna explícita a sua diversidade.

8) Resultados / dados produzidos - Assim, passemos a considerar a situação de rua como uma dinâmica social, delimitada e possível a camadas de baixa renda, de acordo com a relação cultural estabelecida com os espaços públicos. No entanto, não se pode dizer que haja uma identidade que a rua crie, mas que ela é um espaço de identidade, não porque há uma relação direta entre espaço e auto identificação, mas porque é pensando nesta que grupos e interesses criam classificações, estereótipos, programas, etc. que redundam muito mais na criação de uma identidade homogênea a essas experiências por vezes heterogêneas e fragmentadas. Aos que acreditam que a rua não seja um espaço natural e possível a crianças e adolescentes, ou seja, aos que creem que há algo errado nessa associação, esta aparece como uma realidade “orgânica” que determina a identidade de crianças e adolescentes. A rua, enquanto construção social, só pode ser pensada enquanto espaço de relações sociais, se há algo que a rua constitui, não é propriamente uma ação sua, mas das relações que se travam cotidianamente nesse espaço.

A exemplo das questões que eu propunha aos meninos na Escola, eles pareciam sempre desconstituir a centralidade da rua nas suas experiências, o que me fez perceber a centralidade da rua no olhar que eu tinha sobre a problemática. A rua não é uma elaboração cultural para os meninos, é apenas mais um dos espaços indiferenciados – público ou privado - em suas vivências, não é uma condição, a rua está no meio. A rua é uma condição aos que vivem nas fronteiras do privado, muito embora haja uma consciência dessas fronteiras para os meninos, a relatividade que a vivência nas ruas sustenta é constantemente negada pelos valores sociais.

Ora, é preciso que admitamos que as fronteiras entre o público e o privado são invenções sociais, naturalizadas cotidianamente pelo aprendizado cultural. No entanto, a rua não é o espaço de negação do privado e de valores culturais associados à família, assim como não o são os valores sociais dominantes, o que indica que a opção pela rua não se dá por uma resistência cultural, mas de que ela nem é pensada nos termos de uma divisão simbólico-espacial. Essa ausência de diferenciação onde o “olho comum” vê fronteiras, permite que se possa transitar pelos espaços, mas não se fixar totalmente.

9) Recomendações –

10) Observações e destaques -

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.